



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/12/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Relator do Orçamento de 2023 aumenta salário mínimo para R\$ 1.320

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), apresentou seu parecer final sobre o projeto com a destinação de R\$ 169 bilhões da PEC da Transição (PEC 32/22), ainda em tramitação na Câmara (PLN 32/22). Com as mudanças, que precisam ser votadas pela Comissão Mista de Orçamento, os investimentos previstos para 2023 passam de R\$ 22,4 bilhões para R\$ 70,4 bilhões.

O relator explicou que o salário mínimo deve aumentar de R\$ 1.212 para R\$ 1.320 em 2023 porque está previsto um reajuste de quase 3% acima da inflação. A proposta do governo era R\$ 1.302.

Castro já havia divulgado tabela com a destinação de R\$ 145 bilhões da ampliação do teto de gastos, principalmente para as áreas sociais: Auxílio Brasil, saúde, educação e um aumento maior para o salário mínimo.

No relatório final, também crescem as despesas dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Infraestrutura, amparadas pela retirada de R\$ 24 bilhões do teto de gastos.

“Porque tem a transposição do Rio São Francisco, tem barragens sendo construídas. E aqui no MDR está o Minha Casa, Minha Vida; que pela primeira vez na história não tinha recursos para a habitação popular. Estamos colocando R\$ 9,5 bilhões”, explicou Marcelo Castro. Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 14 de dezembro.

22% dos domicílios no Brasil sobrevivem sem qualquer renda do trabalho, mostra Ipea

O Brasil chegou ao terceiro trimestre deste ano com 22,02% das famílias sobrevivendo sem qualquer renda oriunda do mercado de trabalho, apontou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora o contingente de lares sem renda do trabalho seja expressivo, o resultado é ligeiramente melhor que o registrado no segundo trimestre, quando 22,20% dos domicílios viviam sem renda do trabalho.

Há um ano, no terceiro trimestre de 2021, essa fatia era de 22,99%. No auge do choque provocado pela pandemia de Covid-19, no segundo trimestre de 2022, a proporção de domicílios sem renda do trabalho chegou a 28,55%.

“No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho iniciou uma queda, refletindo a recuperação da população ocupada. No terceiro trimestre de 2022, ela situou-se em 22%, mantendo-se em níveis semelhantes aos observados imediatamente antes da pandemia”, escreveu Sandro Sacchet de Carvalho, técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, em Carta de Conjuntura. Como vem acontecendo há vários meses, o emprego sem carteira cresce mais do que o com carteira assinada. Assim, o número de empregados com carteira no setor privado, calculado em 36,623 milhões, cresceu 8,1% em 12 meses. Já o de empregados sem carteira (13,372 milhões) aumentou 11,8% no mesmo intervalo. Por sua vez, os trabalhadores por conta própria são 25,410 milhões, mantendo estabilidade. Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 14 de dezembro.

Confiança da indústria cai pelo terceiro mês seguido em dezembro

Pelo terceiro mês consecutivo, a avaliação da indústria sobre o cenário atual e dos próximos meses apresentou leve piora. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu de 51,7 pontos em novembro para 50,8 pontos em dezembro.

Apesar do recuo, o setor tem leve otimismo, porque valores acima de 50 pontos indicam confiança. Em nota, a CNI informou que ainda há confiança do empresário industrial, mas que ela é restrita e pouco intensa.

O índice de dezembro está abaixo da média histórica, de 54,3 pontos. Conforme a CNI, isso se deve à composição do indicador. O Índice de Condições Atuais, que mede o cenário atual em relação aos últimos seis meses, recuou de 53,2 pontos para 50,3 pontos, indicando que o empresário industrial deixou de ver melhora nas condições atuais. Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 14 de dezembro.

Consumo consciente protege o planeta e reduz a desigualdade

Em março, mês do consumidor, defendi neste espaço que o CDC (Código de Defesa do Consumidor) fosse mais conhecido e debatido, com efetiva educação para o consumo. Já que um novo presidente foi diplomado, tomará posse em janeiro de 2023 e assumiu uma série de compromissos, especialmente com os mais pobres e vulneráveis, minha postulação é que, finalmente, se faça algo de verdade para proteger o meio ambiente e reduzir a desigualdade.

São várias citações à educação no CDC, mas continuam muito mais no terreno das boas intenções. No capítulo II, da Política Nacional de Relações de Consumo, um dos princípios é: educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.

Mais adiante, no mesmo capítulo: fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores (incluído pela lei de combate ao superendividamento).

Dentre os direitos básicos do consumidor, estão educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações. E um pouco depois: a garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas (também incluído pela Lei do Superendividamento).

Sim, há um forte direcionamento para o combate ao endividamento, o que é explicável, já que em novembro passado quase 80% das famílias brasileiras relataram ter dívidas.

Mas há outros fatores muito relevantes na educação para o consumo: aprender a exigir seus direitos, muito bem estabelecidos pelo CDC. Evitar o consumismo que se soma a práticas de destruição do planeta Terra. E criar mais padrões de consumo consciente, colaborativo, cooperativo, que contribuam para a redução da desigualdade socioeconômica no Brasil.

Os mais jovens parecem ter compreendido esta realidade. Sonhos de consumo como carro e casa própria perderam muito do seu apelo para as novas gerações.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Maria Inês Dolci, quarta-feira 01 de dezembro.

BC pretende lançar real digital em 2024, diz Campos Neto

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça-feira (13) que o Brasil precisa avançar na elaboração de uma moeda digital de banco central (CBDC, na sigla em inglês), que pretende lançar em 2024 de forma a fazer frente a um sistema de interação digitalizado global.

Em seminário sobre segurança digital e proteção de dados promovido pelo Poder360, Campos Neto disse que o Banco Central planeja iniciar um piloto fechado de moeda digital em 2023, com participação de apenas algumas instituições financeiras, e afirmou que gostaria de lançar a CBDC em 2024.

"Se a gente entende que, no final das contas, os ativos vão ser 'tokenizados' e, olhando o balanço dos bancos, ativos e passivos podem se transformar em 'token', a gente vai precisar de uma moeda para fazer frente a esse novo sistema de interação", disse ele, referindo-se a práticas que vêm sendo adotadas globalmente.

Segundo o presidente do BC, a autarquia pretende se desviar da tendência de "expulsão do mundo digital" que vem sendo vista em alguns países, que têm buscado proibir bancos de ter custódia de ativos digitais.

"A gente acha o contrário; a gente acha que não só não tem que proibir os bancos de ter custódia digital, tem que estimular os bancos a ter custódia digital", afirmou Campos Neto, argumentando que a concentração de custódia em poucas instituições intermediárias eleva riscos financeiros.

"Isso vai trazer o mundo [...] das finanças descentralizadas para próximo da regulação, e não para longe, que é o que alguns outros países estão fazendo."

Ele disse acreditar que os pagamentos transfronteiriços melhorariam com um real digital, mas ponderou que a internacionalização do Pix também poderia desempenhar essa função.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 14 de dezembro.